

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pará - CAU PA

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)**

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pará
- CAU PA**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pará - CAU PA

Demonstrações contábeis
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017
e 2016

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as
demonstrações contábeis

Balanco patrimonial

Balanco financeiro

Balanco orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)**

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pará - CAU/PA, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/PA é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno do CAU/PA.

O Conselho está localizado na TV Rui Barbosa, nº 452, Bairro do Reduto, na Cidade de Belém-PA.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 20 de janeiro de 2018.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída;

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)**

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 3.4), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (Nota 3.2.1) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 3.8). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1 e 3.2.2), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

a) **Implantação de política contábil em 2017** - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/PA procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.

b) **Base de mensuração** - Média ponderada dos percentuais de recebimento de

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)**

anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017.

c) **Julgamento pela aplicação** - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/PA, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

d) **Reflexo patrimonial comparativo**

	2017	2016
Créditos de Anuidades	1.471.691,88	1.050.351,61
(-) Perdas de Devedores Duvidosos	(1.305.390,70)	0

Do montante de R\$1.305.390,70 do ajuste contábil implantado em 2017, somente o valor de R\$ 472.310,69, incidente sobre os créditos de anuidades de 2017, foi registrado como variação patrimonial diminutiva do exercício do balanço, portanto não afetando o resultado patrimonial de 2017. O restante de R\$ 833.080,01 incidentes sobre créditos de anuidades dos exercícios de 2012 a 2016 foi registrado como “Ajustes de Exercício Anteriores” reduzindo diretamente os Resultados Acumulados no Patrimônio Líquido do Conselho.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/PA segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)**

	<u>Anos</u>	<u>Valor residual</u>
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos de uso administrativo	8	10%
Veículos de uso da fiscalização	5	10%
Máquinas e equipamentos	5	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Biblioteca	10	0%
Utensílios de copa e cozinha	5	10%
Sistemas de processamento de dados	10	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/PA procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

Base de mensuração - O CAU/PA adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

Reflexo patrimonial comparativo

	2017	2016
Provisões para Riscos Cíveis a Curto Prazo	0	0
Provisões para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	0	0
Provisões para Riscos Cíveis a Longo Prazo	0	0
Provisões para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	0	0
Total	0	0

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)**

Do montante de R\$ 0,00 da variação patrimonial diminutiva decorrente das provisões registradas em 2017, R\$ 0,00 referem-se a ações ajuizadas em exercícios anteriores, registradas de forma acumulada, alterando o efetivo resultado patrimonial de 2017, conforme detalhado na nota explicativa 3.12.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

Resultado Patrimonial Efetivo - Justificativa ao Déficit Patrimonial (se for o caso)

Face às implantações de políticas contábeis em 2017, de Provisões para Contingências detalhadas na nota explicativa 3.8, demonstra-se a seguir o Resultado Patrimonial de 2017 efetivo, escoimado dos reflexos das variações patrimoniais diminutivas (VPD) relativas a exercícios anteriores registradas acumuladamente em 2017.

RESULTADO PATRIMONIAL 2017

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Superávit ou Déficit Patrimonial demonstrado	(130.756,49)
+ Montante das VPD ref. Provisões p/Contingências exercícios Anteriores	0
RESULTADO PATRIMONIAL EFETIVO 2017	
Superávit ou Déficit Patrimonial	(130.756,49)

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)**

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa	0	0
Banco conta movimento	2.637,29	1.190,36
Aplicações financeiras	915.392,61	932.588,42
	918.029,90	933.778,78

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

Todos os Saldos da Conta BB 5665, são transferidos a conta investimento Fundo Mensal (5665), sendo que neste exercício de 2017 restou um saldo de R\$ 2.637,29.

Todas as aplicações financeiras são de resgate imediato.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)**

As aplicações financeiras no exercício de 2017 renderam R\$ 88.447,51 ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Pará. Sendo que a conta CDB título de renda fixa rendeu R\$ 5.890,00 e a Investimentos Fundos Mensal R\$ 82.557,51.

O Saldo da conta “Entidade Públicas Devedoras” no valor de R\$ 14.041,04, refere-se a retenção de IRRF que foi feita indevidamente pelo Banco do Brasil S.A. nos rendimentos da conta de Investimentos Fundos Mensal e irá ser restituída pelo mesmo, pois este conselho é isento da tal retenção.

O Saldo da conta “Devedores da Entidade” no valor de R\$ 413,55, refere-se a conta de energia elétrica da antiga sede do CAU PA, que foi debitado em duplicidade, e que será restituída pela empresa responsável.

6. Créditos de curto prazo

	2017	2016
Contas a receber	1.471.691,88	1.050.354,61
(-)Perda Estimada para créditos de liquidação duvidosa	1.305.390,70	0
	166.301,18	1.050.354,61

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	2017	2016
A vencer		
Vencidos:	0	0
Até 30 dias	0	0
De 31 a 60 dias	0	0
De 61 a 90 dias	0	0
De 91 a 180 dias	0	0
Perda Estimada com créditos de liquidação duvidosa	0	0
	0	0

A Entidade até o exercício de 2016 ainda não registrava a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa.

A Entidade no exercício de 2017 adotou alguns critérios para se registrar a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, conforme abaixo:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)**

Valores a Receber - Anuidades PF E PJ

Por meio dos relatórios 14 e 15 do SICCAU extraímos, em 02/01/2018, os dados referentes às anuidades a receber (valores apenas do principal, desconsiderando multas e juros).

Pelos dados consolidados, ajustamos os saldos dos valores a receber de anuidade (PF e PJ) com base nos 80% dos valores principais.

Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos - PDD

Através do comparativo dos valores a receber dos últimos 3 anos na situação de 31/12/2016 versus 31/12/2017, obtivemos os percentuais de redução dos valores a receber em um ano. A partir deste raciocínio, apuramos o percentual de PDD (conta redutora) a ser aplicado sobre o valor dos ativos de anuidades a receber. Para o cálculo da porcentagem a ser aplicada usou-se a média ponderada - % de redução de arrecadação PF 13,02% e PJ 4,31% que reflete uma média ponderada de PF e PJ de 11,30% , ocasionando uma média de inadimplência (PDD) de 88,70%.

Tratando-se da primeira constituição de PDD, decidimos que a conta devedora seja feita com Ajustes de Exercícios Anteriores para as anuidades dos exercícios anteriores, para evitar um Déficit Patrimonial em 2017, e VPD com provisão de perdas de crédito PF e PJ sobre as anuidades do exercício.

Pessoa física		Pessoa Jurídica		Total
2012	73.601,02	2012	2.278,40	75.879,42
2013	107.851,41	2013	7.274,90	115.126,42
2014	140.350,09	2014	22.101,80	162.451,89
2015	181.514,42	2015	47.400,26	228.914,68
2016	278.470,32	2016	78.368,21	356.838,53
Sub total	781.787,26	Sub total	157.423,57	939.210,83
2017	418.634,11	2017	113.846,94	532.481,05
Total	1.200.421,37	Total	271.270,51	1.471.691,88
PDD 88,70%	1.064.773,76	PDD	240.616,94	1.305.390,70

6.1 Contas a receber de anuidades

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	2017	Ajuste Contábil 29/12/2017	Saldo 29/12/2017	2016
Pessoa Física do Exe	418.634,11	272.879,57	145.754,54	338.108,62
Pessoa Jurídica do Exercício	113.846,94	48.046,24	65.800,70	83.654,08
P. F. do Exercício Anterior	781.787,26	4.644,26	777.143,00	547.599,86
P. J. do Exercício Anterior	157.423,57	690,10	156.733,47	80.992,05
Total	1.471.691,88	326.260,17	1.145.431,71	1.050.354,61

Em dezembro de 2017 ocorreram alguns ajustes de valores a maior de anuidades a receber do exercício e do exercício anterior, conforme orientação do CAU BR, referente aos relatórios 14 e 15 do SICCAU, que indicam os valores pendentes a receber de anuidade pessoa física e Jurídica. Conforme o relatório os valores são expressos de acordo com a tabela abaixo, e devem compor o saldo final da contabilidade em 31/12/2017, esclarecendo que foi adotado o percentual de 80% para valores a receber, pois 20% referem-se às receitas do CAU BR por partição na origem.

DADOS DO RELATÓRIO DE INADIMPLÊNCIA

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
P.F.	0	0	0	0	0	418.634,11	418.634,11
P. J.	0	0	0	0	0	113.846,94	113.846,94
P.F.E. A.	73.601,02	107.851,41	140.350,09	181.514,42	278.470,32	0	781.787,26
P.J. E. A.	2.278,40	7.274,90	22.101,80	47.400,26	78.368,21	0	157,423,57

7. Estoques

	2017	2016
Material de Escritório	0	0
Material de Limpeza	0	0
Outros Materiais	0	0
	-	-

A Entidade não tem saldos no estoque de matérias de escritório, materiais de limpeza ou outros materiais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

8. Impostos a recuperar (se aplicável)

	2017	2016
ICMS a recuperar	0	0
PIS e COFINS recuperar	0	0
IPI a recuperar	0	0
IRPJ e CSLL a recuperar	0	0
Outros impostos a recuperar	0	0
	-	-
Circulante	0	0
Não Circulante	0	0
	-	-

A Entidade não tem saldos de impostos a recuperar.

9. Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2017	2016
Máquinas e Equipamentos	21.165,02	15.574,59	4.335,62	3.821,00
Imóveis	1.140.000,00	82.165,82	38.584,24	40.161,58
Instalações	12.499,67	1.070,26	836,64	607,52
Veículos	42.700,00	19.615,25	4.803,72	4.803,72
Móveis e Utensílios	46.027,11	15.346,08	3.999,29	2.900,40
Equipamentos de Processamento de Dados	44.389,32	30.605,07	8.279,92	9.561,07
Benfeitorias de Imóveis de Terceiros	0	0	0	0
Obras em Andamento	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Total	1.306.781,12	164.377,07	60.839,43	61.855,29

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)**

Movimentação do ativo imobilizado:

Controladora	31.12.2016	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2017
Máquinas e Equipamentos	25.223,42	3.220,00	5.228,40	4.335,62	23.215,02
Imóveis	1.140.000,00	0	0	38.584,24	1.140.000,00
Instalações	9.434,67	3.050,00	3.205,00	836,64	9.279,67
Veículos	42.700,00	0	0	4.803,72	42.700,00
Móveis e Utensílios	44.583,76	2.062,25	598,90	3.999,29	46.047,11
Equipamentos de Processamento de Dados	36.274,44	5.658,01	0	8.279,92	41.932,45
Benfeitorias de Imóveis de Terceiros	0	0	0	0	0
Obras em Andamento	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0
Total	1.298.216,29	13.990,26	9.032,30	60.839,43	1.303.174,25

• **Adições**

Em 2017, as adições da Conta “Máquinas e Equipamentos” engloba 01 Central Telefônica PABX Digital, no valor de R\$ 3.220,00, ambos destinados ao setor de atendimento do CAU PA.

A Conta “Instalações” engloba a aquisição de 01 Placa de Inauguração da Sede no valor total de R\$ 1.850,00, destinado a identificação da nova sede do CAU/PA e 01 Portão de Aço Metalon no valor de R\$ 1.200,00, totalizando R\$ 3.050,00.

A Conta “Equipamentos de Processamento de Dados” engloba a aquisição de 01 Servidor, no valor total de R\$ 5.658,01, destinado a área de TI da nova sede do CAU/PA.

Em 2017 houve a inclusão de 06 itens recebidos de doação em 2012 que ainda não haviam sido registrados na contabilidade, e foram incluídos como Ganhos com Incorporação de Ativos por Doação - Bens Móveis, R\$ 5.689,12, conforme abaixo:

- 01 - Kit Mako - móveis e Utensílios - R\$ 2.062,25;
- 01 - Topaz (Caneta Digital) - Máquinas e Equipamentos - R\$ 320,00;
- 01 - Câmera Digital - Máquinas e Equipamentos - R\$ 630,00;
- 01 - Leitor Biométrico - Máquinas e Equipamentos - R\$ 220,00;
- 01 - Computador - Equipamentos de Processamento de Dados - R\$ 1.956,87 e
- 01 - No Break - Equipamentos de Processamento de Dados - R\$ 500,00.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

As depreciações destes itens já estão contabilizadas na depreciação acumulada na movimentação do imobilizado de 2017. Os bens não estão presentes nesta movimentação do imobilizado, pois a data de aquisição são de 2012 e assim registrados em nosso sistema patrimonial (sispat).

• **Baixas**

Em 2017, as baixas da Conta “Máquinas e Equipamentos” engloba 01 Central Telefônica PABX Digital, no valor de R\$ 5.228,40, destinado ao setor de atendimento no valor total de R\$ 5.228,40, inutilizado por acidente natural com infiltração de água, que após laudo técnico decretou seu estado de irrecuperável.

A Conta “Instalações” engloba a baixa de 01 Pannel Luminoso no valor total de R\$ 3.205,00, com a identificação da antiga sede do CAU/PA, inutilizado por seu uso normal e contínuo.

A Conta “Móveis e Utensílios” engloba a baixa de 01 Purificador de Água no valor total de R\$ 565,00, e uma cafeteira, no valor de R\$ 53,90, inutilizado por seu uso normal e contínuo.

10. Intangível

	2017	2016
Softwares	6.530,30	0
Outros Intangíveis	0	0
	6.530,30	-

Em 2017, as adições da Conta “Sistemas/Programas (software)” engloba a aquisição de licenças do windows 10 Professional, no valor de R\$ 6.530,00, destinados a todos os computadores do CAU PA.

Movimentação do ativo intangível:

	31.12.2016	Adições	Baixas	Amortização	31.12.2017
Softwares	0	6.530,30	0	391,84	6.530,30
Outros Intangíveis	0	0	0	0	0
Total		6.530,30			6.530,30

11. Fornecedores a pagar

	2017	2016
Prestadores de Serviço	0	0
Fornecedor de Materiais	0	0

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Outros Fornecedores	2.599,95	3.429,75
	2.599,95	3.429,75

A Entidade possui obrigações em curto prazo, registradas na conta "Adiantamento de clientes" no valor de R\$ 2.599,95, que se referem a depósitos feitos diretamente na conta do CAU PA por órgãos públicos referentes a Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) dos Arquitetos destes órgãos.

12. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	2017	2016
Salários e Encargos Sociais	788.372,22	689.984,12
Provisão para Férias e encargos Sociais	106.069,84	77.993,43
IRPJ a recolher	0	3.327,43
PIS e COFINS a recolher	0	128,26
Outros impostos a recolher	0	130,23
	894.442,06	771.562,51
Circulante	108.699,79	86.762,84
Não Circulante	0	0
	108.699,79	86.762,84

13. Provisão para riscos processuais

A Entidade e suas controladas não são parte em processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais não foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão assim representadas:

	2017	2016
Trabalhista	0	0
Cíveis	0	0
Total	-	-

A movimentação da provisão no exercício de 2017 está demonstrada a seguir:

	2016	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	2017
Tributário	0	0	0	0	0	0
Trabalhista	0	0	0	0	0	0
Cíveis	0	0	0	0	0	0
Total	-	-	-	-	-	-

a. Natureza das contingências

A Entidade não é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e não está

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)**

discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. Não há provisões para contingências constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como improvável.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

b. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2017 além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados montantes decorrentes de causas trabalhistas e cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Entidade não aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

14. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2017 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/PA, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2017 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

15. Despesas por natureza

Classificação por Natureza	2017	2016
Depreciação e Amortização	61.231,27	58.824,84
Despesas com Pessoal	796.066,45	698.486,92
Despesas com Contratação de Terceiros	246.272,36	343.272,09
Impostos, taxas e contribuições	41.013,27	46.606,63
Outras Receitas e Despesas	8.168,26	2.921,58
Total	1.151.751,61	1.150.112,06

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

16. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2017	2016
Variação Patrimonial Aumentativa	1.725.657,03	2.231.470,08
(-) Variação Patrimonial Diminutiva	1.856.413,52	1.336.648,75
=Superávit Patrimonial Apurado	-130.756,49	894.821,33

Resultado Orçamentário	2017	2016
Receita Orçamentária Arrecadada	1.298.560,94	1.252.300,41
(-) Despesas empenhadas	1.305.340,06	1.245.748,42
=Superávit Orçamentário Apurado	-6.779,12	6.551,99

Resultado Financeiro	2017	2016
Saldo Disponível Apurado	918.029,90	933.778,78
(-) Passivo Financeiro	108.669,79	86.762,84
=Superávit Financeiro Apurado	809.360,11	847.015,94

17. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2017, é assim demonstrada:

Item	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Complexo das Atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos.	523,62
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 01 veículo.	0
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil	0
Lucros Cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais.	0

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Total		523,62

17. Relacionamento com os auditores independentes

A Entidade não contratou com seus auditores independentes outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

18. Eventos subsequentes

Se houver eventos subsequentes de 1° de Janeiro até data de emissão do relatório de auditoria e, que seja necessário a sua divulgação, conforme CPC 24/IAS 10, deverá ser divulgada a informação, para fins de apresentação.

* * *

ADOLFO RAIMUNDO LOPES MAIA
PRESIDENTE
057.534.302-87
CAU/PA A6670-2

ALICE DA SILVA RODRIGUES ROSAS
DIRETORA FINANCEIRA
236.083.662-53
CAU/PA A18471-3

WILLIAM CORREA TORRES
CONTADOR
427.772.082-04
CRC/PA 018392